



ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO PRESENCIAL DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada na Assembleia da Republica, nos dias 26, 27 e 28 de Abril de 2017, com a presença de 11 (onze) membros integrantes deste Conselho Permanente, indicados por cada Conselho Regional, na forma da Lei, para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** O papel institucional do CCP e a Política do Governo à Diáspora. **2)** Apresentação de relatórios de actividades e diálogos. **3)** A política do XIX Governo Constitucional para as Comunidades Portuguesas. **4)** Formulação do Plano de Acção do CCP. **5)** Eleição do Presidente, Vice-presidente e do Secretario do CP. **6)** Aprovação e assinatura de todas as Actas das reuniões on-line realizadas pelo CP/CCP, até a presente data. Inicialmente, justifica-se a ausência da Cons. Sandrine Carneiro (França), pois nem ela nem seu suplente (Cons. Paulo Marques) puderam comparecer por conta de compromissos naquele país. No dia 26 de Abril, na Sala da Biblioteca da Assembleia da República, realizou-se a Sessão de Abertura, com a presença, dentre outras personalidades e conselheiros do CCP, o Sr. Presidente da AR, Dr. Ferro Rodrigues, o Sr. SECP, Dr. José Luís Carneiro, e o Presidente deste CP. Finda esta cerimónia, seguiu-se o início dos trabalhos do CP/CCP, na Sala 10 da AR, com a presença do Sr. SECP que agradeceu a presença dos Conselheiros e a forma como foi recebido nos Conselhos Regionais nos quais esteve aquando dessas reuniões, faltando ainda a reunião do CRAN a realizar-se em agosto. Elogiou o trabalho dos Conselheiros. Passando-se, então à primeira reunião conjunta deste CP/CCP e o Sr. SECP, a fim de tratar-se do tema "O papel institucional do CCP e a Política do Governo à Diáspora", o Presidente do CP questionou o papel institucional do CCP, seu historial, orçamento e o Programa do Governo para com as Comunidades. O Cons. Amadeu Batel citou a importância de políticas governamentais para a educação e ensino da língua portuguesa e referiu que os apoios ao associativismo devem sempre enquadrar 3 (três) critérios: Língua, Educação e Identidade. A Cons. Rita Santos questionou a falta de políticas económicas e pediu reforço para os



serviços consulares. Neste âmbito o Sr. SECP frisou o progresso atingido em vários aspectos durante o ano, nomeadamente o melhoramento das redes consulares, explicou o funcionamento do apoio ao associativismo, a alteração da Lei da Nacionalidade, o Recenseamento Automático e a proposta de aumento da validade do Cartão de Cidadão de 5 (cinco) para 10 (dez) anos. Acerca da língua e ensino focou que as realidades são diferentes e por isso torna-se impossível a adaptação de uma política global para a língua e ensino português. O Cons. Amadeu Batel mencionou que o ensino da língua portuguesa devida estar no pelouro do Ministério da Educação e tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros e não no Ministério dos Negócios Estrangeiros ou no Instituto Luís Camões. O debate terminou sem encontro de soluções, salvo que é necessário mantermos e aprofundarmos o diálogo entre o CCP e a SECP. Após o almoço, a partir das 14h30, reiniciaram-se os trabalhos com assento no ponto **2)** Apresentação dos Relatórios de Actividades deste CP e dos vários Conselhos Regionais. O Presidente do CP, apresentou o documento denominado "Relatório das actividades 2016/2017" do CP/CCP, o qual foi debatido, rectificado e aprovado (circulado). O CRE apresentou um relatório pelo Cons. Amadeu Batel (circulado). O CRA não apresentou nenhum relatório, tendo o Cons. Manuel Coelho, referido que houve duas reuniões e leu os principais pontos que foram debatidos nas mesmas. O CRAO apresentou um relatório de actividades (circulado). O CRASC, por meio dos Conselheiros Ângelo Horto e Maria de Lurdes, apresentou o seu relatório, e o CAN não apresentou nenhum relatório, uma vez que não realizou ainda sua reunião que, a pedido do SECP que deseja estar presente a essa reunião conforme o fez com todos os outros Conselhos Regionais, ocorrerá em agosto próximo. Foi, por fim, deliberado a necessidade que as 3 (três) Comissões Temáticas reúnam-se no segundo semestre em Lisboa, conforme a Lei determina. Assim, encerrou-se o primeiro dia de reuniões em Lisboa. No dia 27 de Abril, e referente ao ponto **3)** foi analisada e debatida a Política do XXI Governo Constitucional para as Comunidades Portuguesas e, após



vários comentários e diversas opiniões, ficou decidido dar valor e reconhecer o documento. As 11h00 a reunião foi interrompida para se realizar o encontro com a Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas da AR, na Sala 7, e na qual estiveram presentes os deputados para emigração dos Partidos com assento no Parlamento, com a excepção do Deputado Carlos Gonçalves, por compromissos no Conselho da Europa, e participou ainda a deputada Carla Cruz, do PCP. Neste encontro foram debatidos os seguintes assuntos: "Estado actual em que se encontra a Lei da Nacionalidade"; "Recenseamento eleitoral automático"; "Ensino da Língua Portuguesa no Estrangeiro"; e "Funcionamento dos Postos Consulares". Com referencia ao primeiro ponto, foi aprovado mas ainda não regulamentado e aguarda-se a publicação disto dentro dos próximos 30 dias, mas está marcada uma vinda da Sra. Ministra da Justiça à Comissão para tratar dessa regulamentação. Acerca do segundo ponto, há um consenso alargado e nas próximas semanas haverá novidades. Quanto ao terceiro ponto, nada de concreto ou alterações de maior relevância estão previstas. Finalmente, no quarto ponto, informaram os senhores deputados que existem problemas e pretendem debater com o MNE. Após este encontro, seguiu-se o almoço. Depois deste intervalo, às 14h00, reiniciaram-se os trabalhos, na Sala 10, com a aprovação com alterações ao Regulamento Interno do Funcionamento do CP/CCP, com acréscimo do ponto 4 ao seu artigo 3º com a seguinte redacção: "as reuniões poderão ser on-line", de modo a referendar todas as reuniões realizadas mensalmente pelo aplicativo *Zoom*. Tal modificação foi aprovada por unanimidade. Após, retomou-se a pauta original e iniciou-se então o debate do ponto **4) Formulação do Plano de Acção do CCP**. De início ficou decidido, por unanimidade, que o Plano de Acção, será trienal e assentar-se-á nos seguintes pilares: uma Introdução Histórica e 3 (três) eixos ou áreas de coordenação ("A Participação Política e cívica e Cidadania", "A Língua, a Cultura e a identidade", e "A Isonomia aos Direitos Fundamentais e Sociais"), encerrando-se, assim, os trabalhos neste dia. No dia 28 de



Abril, último dia de reunião, continuaram os trabalhos, a partir das 09h30, na sala 10 da AR, com a leitura, ponto por ponto e devidas alterações do "Relatório de Actividades 2016/2017" do CP, aprovado por unanimidade e que foi mandado circular e dar ampla publicidade. Seguiu-se a leitura, ponto por ponto e devidas alterações, da minuta do PLANO DE ACÇÃO TRIENAL (2017/2020) para o CCP. Depois do intervalo do almoço, esse documento, após horas de discussão, foi aprovado por unanimidade, sendo mandado circular e dar ampla publicidade, devendo constar como anexo desta Acta. Seguiu-se, então, a apresentação, pelo Cons. Nelson Ponta-Garça, da plataforma digital "Teamwork" a fim de que a mesma seja futuramente usada como plataforma de comunicação interna do CP/CCP, ficando a deliberação de sua aprovação para o dia 20 de maio, quando ocorrerá, às 15h00 de Lisboa, a próxima reunião on-line. Passou-se, ao ponto **5)** Eleição da mesa directora do CP/CCP, para o mandato 2017/2018. Em discussão, foi apresentada pelos Conselheiros Rita Santos e Ângelo Horto a proposta de continuidade da actual mesa. Como não foi apresentada nenhuma outra lista, a mesma direcção foi reeleita pelos conselheiros presentes, salvo a abstenção de reserva do Cons. Amadeu Batel, que defendeu haver rotatividade, sob os seguintes motivos e declaração de voto: "Entendo que na elaboração da actual Lei, introduziu-se a eleição anual da Mesa pensando-se vários critérios que permitissem uma maior coesão e responsabilidade operativa na execução das atribuições e competências do CP, que os critérios que presidiram a alteração da Lei foram a representatividade geográfica (rotatividade), a experiência comprovada e a competência para as funções e que, nesta conformidade, a eleição anual da Mesa deve ser consensualizada entre todos os membros do CP e não com a apresentação de listas. A apresentação de listas nas eleições do ano passado e do corrente ano viola, a meu ver, os princípios e critérios presentes na feitura da Lei". Feito o registo, tal assertiva, entretanto, não encontrou aceitação dos outros demais membros deste CP/CCP. Por fim, e antes da cerimónia de encerramento pelo Sr. SECP, cumpriu-se o ponto **6)** Aprovação e



Conselho das Comunidades Portuguesas

assinatura de todas as Actas das reuniões on-line realizadas pelo CP/CCP, até a presente data. Nada mais havendo a tratar, encerraram-se os trabalhos em Lisboa, sendo esta Acta cópia fiel do realizado e, após aprovação dos membros do CP/CCP, será devidamente assinada pelo Presidente e pelo Secretário, conforme o Regulamento Interno.

José Augusto Pereira

[Handwritten signature]